

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO - RS

Rita de Cácia Nunes Biasi

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

rita_biasi@yahoo.com.br

Josué de Lima Carvalho

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/UNAMA/UFRA

josue.carvalho@ufsm.br

Daianne Freire Fernandes

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

daianneff12@gmail.com

Ynis Cristine de Santana Martins Lino Ferreira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

yniscristine@gmail.com

Mário Vasconcellos Sobrinho

Universidade Federal do Pará (UFPA)/Universidade da Amazônia (UNAMA)

mario.vasconcellos@unama.br

RESUMO

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial crescente tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Santiago/RS apresenta um índice de envelhecimento superior ao do país, com 16,4% da população com 60 anos ou mais, conforme o censo de 2010. A pesquisa mapeou as políticas públicas que o município realiza para atender os idosos, com o objetivo de promover um envelhecimento saudável e melhorar a qualidade de vida dessa população. A questão central foi entender como as políticas públicas de Santiago/RS têm sido estruturadas e implementadas para promover um envelhecimento saudável e ativo, frente ao desafio do crescente índice de envelhecimento da população. Foram analisadas as principais estratégias adotadas e sua eficácia em atender às necessidades dos idosos nas dimensões de saúde, inclusão social, apoio econômico e acessibilidade urbana. Os resultados indicam que as políticas são bem estruturadas e integradas, mas apontam áreas para aprimoramento, como a inclusão digital e parcerias intergeracionais.

Palavras-chave: Envelhecimento; Políticas Públicas; Inclusão Social; Santiago/RS; Idosos.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 3

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Pesquisa trará o tema sobre políticas públicas para idosos, no município de Santiago, elencando dados para elaborar uma pesquisa documental, construída a partir da legislação e notícias contidas no site da Prefeitura Municipal de Santiago, através do portal da transparência.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial que vem acontecendo de forma crescente tanto em países desenvolvidos quanto em países que estão em desenvolvimento (Miranda, Mendes & Silva, 2016).

No Brasil, a transição demográfica e epidemiológica pela qual passou o país modificou a pirâmide etária da população, aumentando a expectativa de vida e aumentando também a população idosa acima de 60 anos. Os dados de projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população idosa brasileira, até o ano de 2042, deve dobrar na comparação com os números de 2017. De acordo com o levantamento, o país tinha 13,5% do total da população. Em dez anos, ou seja, em 2027, chegará a 38,5 milhões (17,4% do total de habitantes). Em 2042, a projeção do IBGE é de que a população brasileira atinja 232,5 milhões de habitantes, sendo 57 milhões de idosos (24,5%) (IBGE, 2018).

Destaca-se que o Município de Santiago, RS, apresenta índice de envelhecimento da população superior ao do país, situação que gera alerta para uma demanda de idosos com dependência. Conforme o censo realizado em 2010, o município apresentou um percentual de 16,4% da população com 60 anos ou mais.

Estes dados mostram a importância e necessidade de o Município desenvolver atividades que visem a promoção de um envelhecimento saudável. Diante disso, a pesquisa mapeará as políticas públicas e ou atividades que o município vem realizando para atender as pessoas idosas no município, com o objetivo de promover um envelhecimento saudável, melhorando a qualidade de vida deste público, pois é de conhecimento de todos que o envelhecimento é um processo contínuo e nesta faixa etária se faz necessário uma diversidade de cuidados, pois a sociedade cada vez mais apresenta

vulnerabilidades sociais do idoso, levando ao isolamento social, inclusive da própria família.

A questão central desta pesquisa é entender como as políticas públicas municipais de Santiago - RS têm sido estruturadas e implementadas para promover um envelhecimento saudável e ativo, frente ao desafio do crescente índice de envelhecimento da população. A análise se propõe a identificar as principais estratégias adotadas e avaliar sua eficácia em atender às necessidades específicas dos idosos, considerando as dimensões de saúde, inclusão social, apoio econômico e acessibilidade urbana.

Assume-se como objetivo geral o de analisar as políticas públicas municipais de Santiago - RS voltadas para a promoção do envelhecimento saudável, identificando suas principais características, desafios e impactos na qualidade de vida dos idosos. E como específicos os de: Mapear as políticas públicas e programas municipais voltados para a população idosa em Santiago - RS, identificando suas principais ações e áreas de foco. Comparar as iniciativas locais com as melhores práticas descritas na literatura sobre envelhecimento ativo, propondo recomendações para aprimorar as políticas existentes e sugerir novas estratégias. Correlacionar as políticas encontradas na intenção de compreender a sua ação integrada no município.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Envelhecimento Ativo

A Teoria do Envelhecimento Ativo, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como objetivo principal otimizar as oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem. Este referencial teórico é embasado em contribuições significativas de diversos pesquisadores e gerontólogos renomados, cujas obras ajudaram a moldar e disseminar o conceito de envelhecimento ativo globalmente.

Alexandre Kalache, um dos principais defensores do envelhecimento ativo, desempenhou um papel crucial na promoção desta teoria durante seu tempo como diretor do Departamento de Envelhecimento e Ciclo de Vida da OMS. Kalache & Gatti (2003)

definiram o envelhecimento ativo como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Eles enfatizam a importância de uma abordagem holística que envolva políticas públicas, ambientes de suporte e serviços de saúde para apoiar um envelhecimento saudável e ativo.

Alan Walker, professor de Gerontologia Social na Universidade de Sheffield, também contribuiu significativamente para a teoria do envelhecimento ativo. Walker (2002) propôs uma estratégia abrangente para o envelhecimento ativo que inclui a promoção da saúde, a participação social e a segurança econômica. Ele argumenta que políticas eficazes devem abordar não apenas as necessidades de saúde dos idosos, mas também suas necessidades sociais e econômicas, garantindo que possam continuar a participar plenamente na sociedade.

John Beard, como diretor do Departamento de Envelhecimento e Ciclo de Vida da OMS, liderou a elaboração do Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde. Beard *et al.* (2016) destacam que um envelhecimento saudável requer não apenas a ausência de doenças, mas também a capacidade dos idosos de realizar atividades que consideram importantes. O relatório fornece um framework para políticas de saúde pública que promovam um envelhecimento saudável, enfatizando a necessidade de ambientes adaptáveis e suporte comunitário para permitir que os idosos mantenham sua independência e qualidade de vida.

Carmel Bitondo Dyer, reconhecida por seu trabalho em geriatria, tem explorado como as práticas de saúde pública podem promover um envelhecimento saudável e ativo. Dyer, Hyer, & Feldt (2003) ressaltam a importância de intervenções geriátricas que abordem não apenas as condições médicas dos idosos, mas também seus aspectos sociais e psicológicos. Eles argumentam que programas comunitários de saúde e serviços de apoio são essenciais para reduzir a vulnerabilidade dos idosos e promover uma vida ativa e saudável.

Robert L. Kane, um pesquisador proeminente na área de geriatria e cuidados de longa duração, investigou como políticas sociais podem apoiar o envelhecimento ativo.

Kane & Kane (2005) discutem os desafios e dilemas no contexto da reforma de cuidados de longa duração, propondo que um sistema de cuidados bem estruturado é fundamental para apoiar os idosos em suas comunidades. Eles enfatizam que políticas eficazes devem integrar cuidados médicos com suporte social e comunitário para promover um envelhecimento ativo.

Silva e Camacho (2024) realizam uma revisão integrativa sobre o uso de Tecnologias Educacionais (TEs) na promoção do envelhecimento ativo. Eles concluem que o uso das TEs impacta positivamente a promoção do envelhecimento ativo ao capacitar profissionais de saúde e cuidadores, melhorando a qualidade de vida dos idosos através da educação em saúde. As TEs, como vídeos educativos, cartilhas e oficinas, são ferramentas eficazes na promoção da autonomia e do autocuidado dos idosos.

Faria (2024) enfatiza a necessidade de políticas públicas robustas que promovam a saúde e a aprendizagem ao longo da vida, especialmente em contextos de envelhecimento populacional. O autor argumenta que o uso de índices como o Active Ageing Index (AAI) é crucial para monitorar e avaliar o impacto dessas políticas. O AAI fornece uma medida abrangente das oportunidades de envelhecimento ativo em diferentes países, permitindo a comparação e identificação de boas práticas. Faria destaca que políticas bem-sucedidas devem ser baseadas em dados empíricos e adaptáveis às mudanças demográficas e sociais, promovendo uma participação contínua dos idosos na sociedade.

Silva (2024) discute a promoção da saúde dos idosos, ressaltando a importância de ambientes adaptáveis que permitam a manutenção da capacidade funcional e do bem-estar dos idosos. Silva argumenta que a criação de espaços públicos e privados acessíveis e seguros é fundamental para permitir que os idosos permaneçam ativos e independentes. A autora destaca que políticas públicas devem focar na adaptação dos ambientes físicos e sociais às necessidades dos idosos, promovendo assim um envelhecimento saudável e ativo. Esta abordagem holisticamente considera tanto a capacidade intrínseca dos indivíduos quanto os fatores ambientais que influenciam o envelhecimento.

A discussão dos estudos recentes revela uma forte convergência sobre a importância das tecnologias educacionais e das políticas públicas adaptáveis para

promover o envelhecimento ativo. A combinação de TEs, ambientes adaptáveis e abordagens multidisciplinares pode proporcionar uma estrutura robusta para apoiar os idosos, promovendo sua saúde, participação e segurança. Esses elementos são essenciais para criar uma sociedade inclusiva que valorize e apoie o envelhecimento ativo e saudável.

2.2 Políticas Públicas para o Envelhecimento Saudável

As políticas públicas municipais desempenham um papel crucial na promoção de um envelhecimento saudável e ativo. A seguir, são apresentados alguns estudos recentes que abordam diferentes aspectos dessas políticas, destacando as estratégias e os desafios na implementação de iniciativas voltadas para os idosos em contextos urbanos.

Wu (2022) discute a importância da transição energética no contexto doméstico para a saúde dos idosos. O estudo revela que o uso de combustíveis sólidos para fins domésticos representa uma ameaça significativa à saúde dos idosos devido à poluição do ar interior. A substituição por combustíveis mais limpos, promovida por políticas municipais, pode reduzir substancialmente os riscos de doenças respiratórias e melhorar a qualidade de vida dos idosos. Este estudo ressalta a necessidade de intervenções políticas que incentivem a adoção de tecnologias energéticas mais limpas e sustentáveis nas áreas urbanas.

Lewis & Lemieux (2021) exploram a participação social dos idosos e sua relação com o envelhecimento saudável. O artigo destaca que a inclusão social e a participação em atividades comunitárias são fundamentais para a saúde mental e o bem-estar dos idosos. As políticas municipais que promovem espaços de socialização, como centros comunitários e programas de voluntariado, podem reduzir o isolamento social e promover um senso de pertencimento entre os idosos. O estudo sugere que a implementação de políticas públicas que incentivem a participação ativa dos idosos em atividades sociais é essencial para um envelhecimento saudável.

Stephens *et al.* (2019) examinam a relação entre ambientes habitacionais e a qualidade de vida dos idosos. Utilizando o “Framework de Envelhecimento Ativo” da

OMS, o estudo identifica que ambientes habitacionais adequados são críticos para a promoção de um envelhecimento saudável. Políticas municipais que garantem a acessibilidade, segurança e conforto das habitações podem significativamente melhorar a qualidade de vida dos idosos. O estudo sugere a adoção de normas de construção inclusivas e a renovação de infraestruturas urbanas para atender às necessidades específicas dos idosos.

Jeste, Koh & Pender (2022) abordam os determinantes sociais da saúde mental dos idosos, com ênfase nas conexões sociais e no ambiente urbano. Os autores argumentam que a solidão e a falta de interação social são fatores de risco significativos para a depressão e a demência entre os idosos. Políticas públicas que promovem o desenvolvimento de redes de apoio social e espaços de convivência podem mitigar esses riscos. A criação de ambientes urbanos que incentivem a interação social e a mobilidade segura é fundamental para a saúde mental dos idosos.

Zhang & Li (2022) investigam o impacto do uso da internet nas redes sociais dos idosos. O estudo mostra que o uso da internet pode melhorar a conectividade social e reduzir o isolamento entre os idosos. Políticas municipais que promovem a inclusão digital e oferecem treinamento em habilidades tecnológicas podem capacitar os idosos a utilizarem a internet de maneira eficaz para manterem-se conectados com suas redes sociais. Este estudo enfatiza a necessidade de políticas públicas que apoiem a alfabetização digital entre os idosos para promover um envelhecimento ativo e socialmente integrado.

Gonçalves Gaia *et al.* (2024) investigam como atividades universitárias podem contribuir para a qualidade de vida dos idosos. O estudo sugere que programas intergeracionais e atividades educacionais promovidas por universidades podem aumentar a interação social e o engajamento dos idosos, melhorando assim sua qualidade de vida. Políticas públicas que incentivam parcerias entre universidades e comunidades locais são essenciais para fomentar essas atividades.

De Castro *et al.* (2023) discutem o Programa Maior Cuidado, que enfrenta os desafios do envelhecimento populacional no Brasil. Este programa integra cuidados de

saúde com suporte social, abordando as necessidades holísticas dos idosos. O estudo destaca a importância de políticas públicas que combinem serviços de saúde com apoio social para promover um envelhecimento saudável.

Derhun *et al.* (2022) exploram como atividades em ambientes urbanos podem contribuir para o envelhecimento ativo. O estudo enfatiza que políticas públicas devem focar na criação de espaços públicos acessíveis e seguros que incentivem a atividade física e a interação social entre os idosos. Programas que promovem o uso de parques e áreas recreativas são fundamentais para essa abordagem.

Os estudos analisados demonstram que as políticas públicas municipais são fundamentais para promover um envelhecimento saudável e ativo. A transição para energias mais limpas, a promoção da participação social, a adequação dos ambientes habitacionais, a criação de redes de apoio social e a inclusão digital são estratégias essenciais. A implementação dessas políticas requer uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo diferentes setores da sociedade para garantir que as necessidades dos idosos sejam plenamente atendidas.

3 MÉTODO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizada pelo foco em compreender fenômenos sociais em profundidade, explorando as percepções, atitudes e comportamentos dos indivíduos em contextos específicos. Segundo Creswell (2013), a pesquisa qualitativa envolve a coleta de dados não numéricos, como textos, entrevistas e observações, permitindo uma análise detalhada das nuances e complexidades dos fenômenos estudados.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador desempenha um papel ativo na interpretação dos dados, buscando identificar padrões e significados subjacentes nas respostas dos participantes ou nos documentos analisados. Denzin & Lincoln (2011) destacam que essa abordagem é particularmente útil quando se deseja explorar questões emergentes e obter insights profundos sobre processos sociais dinâmicos.

A escolha pela metodologia qualitativa se justifica pela necessidade de compreender em detalhes as políticas públicas voltadas para a população idosa no município de Santiago - RS. Patton (2002) argumenta que a pesquisa qualitativa é ideal para estudos que buscam descrever e interpretar o contexto e as práticas sociais em profundidade, proporcionando uma visão holística do fenômeno.

Além disso, a pesquisa qualitativa permite a coleta de dados ricos e detalhados, que são essenciais para entender como as políticas públicas são implementadas e percebidas pelos diferentes stakeholders. Merriam (2009) reforça que essa abordagem é valiosa quando se deseja captar as experiências subjetivas e os significados atribuídos pelos participantes aos fenômenos sociais.

Para a realização deste estudo, foram analisados treze documentos oficiais do município de Santiago - RS, através de uma análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2016). A análise de conteúdo é um método qualitativo que permite a categorização e interpretação sistemática de textos, identificando temas e padrões recorrentes. Os documentos analisados incluem:

- **Lei Ordinária N° 21, de 29 de junho de 1994;**
- **Lei Ordinária N° 14, de 1999; • Lei Ordinária N° 22, de 2002; • Lei Ordinária N° 44, de 2004; • Lei Ordinária N° 71, de 2004;**
- **Lei Ordinária N° 59, de 1995;**
- **Lei Ordinária N° 492, de 2023;**
- **Lei Ordinária N° 548, de 2024;**
- **Lei Orgânica do Município de Santiago – RS;**
- **Código de Posturas de Santiago – RS;**
- **Decreto N° 21, de 2023; • Plano Diretor de Santiago – RS;**
- **Estatuto do Idoso.**

A análise de conteúdo desses documentos permitiu identificar as principais ações e programas voltados para a população idosa, categorizando-os em temas como inclusão social, promoção da saúde, apoio social e econômico, acessibilidade e mobilidade urbana, e programas de alfabetização digital. Este método foi essencial para compreender como

as políticas públicas são estruturadas e implementadas, e quais são os principais desafios e avanços na promoção do envelhecimento saudável em Santiago - RS.

Bowen (2009) destaca que a análise documental é uma técnica valiosa para a obtenção de informações contextuais e históricas, permitindo uma compreensão profunda das políticas e práticas sociais. Neste estudo, a análise de conteúdo de Bardin (2016) foi crucial para a interpretação dos dados, proporcionando uma visão detalhada e estruturada das políticas públicas municipais.

A última análise realizada foi a partir de uma análise exploratória onde se identificaram nos documentos quais os termos mais frequentes, e como os textos se correlacionam em uma análise de similitude, esse método é baseado em Carvalho & Brasileiro (2022) e Carvalho *et al.* (2024).

Portanto, a metodologia qualitativa adotada neste trabalho, combinada com a análise de conteúdo dos documentos oficiais, permite uma análise detalhada e interpretativa das políticas públicas municipais, oferecendo insights valiosos sobre as práticas e os desafios na promoção do envelhecimento saudável em Santiago/RS. Essa abordagem possibilita uma compreensão rica e contextualizada das iniciativas locais, contribuindo para a literatura existente e fornecendo recomendações práticas para a melhoria das políticas públicas voltadas para a população idosa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa documental realizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Santiago/RS, extraindo conteúdos, leis, decretos, notícias, entre outros, de forma cronológica, que se referem ao trabalho que o município vem realizando na garantia de direitos da pessoa idosa.

Em 1994, foi disciplinado, através de lei, o atendimento especial em supermercados.

Em 1999, o município instituiu a Semana Municipal do Idoso, sendo está a última de setembro de cada ano.

Em 2002, o município cria, o Dia Municipal da Valorização da Terceira Idade, sendo este, o último sábado do mês de setembro.

Em 2003, iniciou no município o Projeto Forma e Saúde, onde atende grupos nos mais diferentes núcleos da cidade e do interior e apresenta um crescimento na diversidade de ofertas de atividades para este público.

No decorrer, surgiu também a oferta de hidroginástica, corpo em movimento, câmbio, caminhada orientada, movimento e ação e danças coreografadas. Estas ações comprovam o quanto o município vem realizando ações efetivas voltadas para a pessoa idosa.

Em 2004, foi o realizado o primeiro convênio com a Sociedade Assistencial Santa Isabel, com o objetivo de dar mais assistência aos idosos, pois grande parte deles, na época não possuía aposentadoria. De 2004 até a data de hoje sempre se manteve esta parceria, de um formato diferente, porém sempre com repasses de recursos, cedência de profissionais da área da saúde, dispensação de medicamentos e fraldas também por parte da saúde.

Ainda em 2004, foi criado o Fundo Municipal do Idoso, sendo este um instrumento de captação e aplicação de recursos, com o objetivo de executar ações voltadas a pessoa idosa. O Fundo é gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sobre orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, que na sequência foi criado, designando membros através de decreto, sendo estes dos mais diferentes segmentos, catorze membros titulares e catorze membros suplentes, ratifica-se sua efetivação nas ações propostas e realizadas por este conselho, como campanhas para deduções de Imposto de Renda para o Fundo, Conferências, ações voltadas a prevenção da violência contra idosos, bem como realizando efetivamente o controle social.

Na Lei Orgânica do Município de Santiago, no seu Artigo 205, inciso III, consta que:

III - tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de 65(sessenta e cinco anos) anos e o abatimento no mínimo 40% (quarenta por cento) aos professores, estudantes e funcionários de

escolas na rede urbana e funcionários públicos municipais.
(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2005)

Referente a prestação de serviços de transporte público, um dos princípios básicos é destinado para pessoa idosa, o que contribui para evitar o isolamento social.

Em 2006, foi observado que o município instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, sendo que nele consta em um dos seus artigos, uma diretriz para ampliar e melhorar as condições de circulação de pedestres e de grupos específicos, como idosos, portadores de deficiência especial e crianças.

Também faz referência no planejamento de ações de Desenvolvimento Social tendo como diretriz a política da Proteção Social Básica, valorizando a pessoa idosa, incentivando-a nas suas habilidades e potencialidades, buscando a integração na família, sociedade e idoso. Atender o idoso através de grupos e oficinas, na sua própria comunidade, propicia a interação social, melhoria na qualidade de vida, levando a uma velhice saudável, evitando assim, o isolamento social.

Em 2017 foi consolidado o Código de Posturas do município, que cita que em casas de diversões públicas e similares, inclusive em circos e parques de diversões deverão deixar reservado um percentual da lotação para a pessoa idosa. Também, o referido Código faz referência a reservas de vagas para idosos, em estacionamentos administrados por entidades públicas ou privadas.

Em 2023 o município instituiu a Lei sobre a Política de Assistência Social e nela consta, a assistência social ao idoso, em consonância com o Estatuto do Idoso, a prestação de serviços em casas de acolhimento de longa permanência, bem como programas e ações voltados a pessoa idosa.

Em 2024, através de lei, fica denominado o Centro de Convivência para Idosos, João Batista Bitencourt Borges, consolidando assim, mais um espaço com possibilidades de executar ações voltadas a pessoa idosa.

O Centro de Convivência para Idosos oferece diversas atividades que contribuem para um processo de envelhecimento saudável e autônomo, no desenvolvimento da

autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social para as pessoas acima de 60 anos.

No Centro de Convivência para Idosos está tendo a participação de vários grupos, onde os vínculos são fortalecidos, tendo como estratégias afazeres artesanais, como a oficina de fios, bem como atividades físicas, dança “Baila Comigo”, encontros interventivos com falas sobre diferentes temas, e também uma atenção especial na oferta de atividades cognitivas para trazer benefícios intelectuais, incluindo: percepção, atenção, memória, raciocínio, tomadas de decisões, solução de problemas e formação de estruturas complexas do conhecimento. Proporcionando assim, métodos de intervenção, inserir atividades cognitivas que estimulem o raciocínio e a concentração, melhorando assim, o déficit causado pelo envelhecimento com a realização de atividades voltadas para a memória e para o exercício das funções cognitivas.

Todas estas políticas que o município vem realizando para os idosos do município, mostra a responsabilidade de fazer cumprir o que reza o Estatuto do Idoso, onde nele consta como pontos importantes a liberdade, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária.

A pesquisa documental realizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Santiago - RS revela uma série de políticas e programas implementados ao longo dos anos com foco na população idosa. Essas iniciativas destacam-se pela diversidade e abrangência, cobrindo desde serviços de atendimento especial em supermercados até a criação de centros de convivência e programas de atividade física.

Atendimento Especial em Supermercados (1994) e Semana Municipal do Idoso (1999) são exemplos de políticas que visam à inclusão e valorização dos idosos, promovendo respeito e reconhecimento social. Essas iniciativas refletem a importância de políticas locais que valorizam e respeitam os idosos, conforme discutido por Lewis & Lemieux (2021), que enfatizam a importância da participação social e da inclusão como pilares para um envelhecimento saudável.

Projeto Forma e Saúde (2003) e outras atividades físicas, como hidroginástica e danças coreografadas, demonstram a preocupação do município com a saúde física dos

idosos. Stephens *et al.* (2019) também destacam a importância de ambientes habitacionais e programas de atividade física como cruciais para a qualidade de vida dos idosos. Santiago/RS, ao oferecer essas atividades, alinha-se às recomendações de criar ambientes que promovam a saúde física e mental dos idosos.

Convênio com a Sociedade Assistencial Santa Isabel (2004) e a criação do Fundo Municipal do Idoso são exemplos de políticas integradas que buscam garantir a segurança econômica e social dos idosos, alinhando-se com a necessidade de políticas públicas robustas discutidas por Faria (2024).

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2006), que melhora as condições de circulação de pedestres e cria diretrizes de proteção social, reforça a necessidade de ambientes urbanos adaptáveis, conforme discutido por Silva (2024). A criação de espaços seguros e acessíveis é essencial para um envelhecimento saudável, proporcionando maior mobilidade e interação social.

Código de Posturas (2017), reservando espaços em locais públicos para idosos, e a Lei sobre a Política de Assistência Social (2023), que inclui serviços de acolhimento de longa permanência, refletem a implementação de políticas de inclusão e suporte social. Jeste, Koh, & Pender (2022) enfatizam a importância das redes de apoio social e da interação para a saúde mental dos idosos, mostrando que Santiago/RS está alinhado com essas diretrizes ao criar políticas que evitam o isolamento social.

Os estudos brasileiros acrescentam uma dimensão adicional às políticas locais de Santiago/RS. Gonçalves Gaia *et al.* (2024) destacam a importância das atividades universitárias intergeracionais, sugerindo que parcerias entre universidades e comunidades locais podem aumentar a interação social e o engajamento dos idosos. Santiago - RS poderia explorar parcerias com instituições de ensino superior para expandir suas ofertas de programas de envelhecimento ativo.

O Programa Maior Cuidado discutido por De Castro *et al.* (2023) oferece um modelo de integração de cuidados de saúde com suporte social, abordando as necessidades holísticas dos idosos. Este modelo poderia ser adaptado e implementado em

Santiago - RS para complementar suas iniciativas existentes, promovendo uma abordagem mais integrada e abrangente.

A inclusão digital, como discutido por Zhang & Li (2022), é um aspecto emergente que pode ser incorporado nas políticas de Santiago/RS. Oferecer treinamento em habilidades tecnológicas para os idosos pode aumentar a conectividade social e reduzir o isolamento. A criação de programas de alfabetização digital nos centros de convivência poderia expandir as oportunidades de interação e aprendizado contínuo para os idosos, alinhando e com as tendências globais e nacionais de promoção do envelhecimento ativo.

4.1 Análise das Políticas Públicas Municipais de Santiago - RS e sua Relação com a Literatura sobre Envelhecimento Saudável

A análise dos documentos de políticas públicas municipais de Santiago - RS revela um esforço contínuo e diversificado para atender às necessidades da população idosa. A Lei Nº 21, de 29 de junho de 1994, por exemplo, disciplina o atendimento especial em supermercados para idosos, gestantes e deficientes físicos. Esta iniciativa está em linha com a promoção da inclusão social e o respeito às necessidades específicas dos idosos, um aspecto essencial para o envelhecimento saudável, conforme discutido por Wu (2022).

A Lei Nº 14, de 1999, que institui a Semana Municipal do Idoso, dedicada a atividades e campanhas de sensibilização para a valorização dos idosos, reforça a importância da participação social. Este tipo de iniciativa é fundamental para aumentar o engajamento dos idosos na comunidade, conforme destacado por Lewis & Lemieux (2021). Da mesma forma, a Lei Nº 22, de 2002, que cria o Dia Municipal de Valorização da Terceira Idade, sublinha a necessidade de homenagear e incluir os idosos em atividades comunitárias, o que é crucial para a qualidade de vida dos idosos, como enfatizado por Stephens *et al.* (2019).

O Projeto Forma e Saúde, iniciado em 2003, oferece atividades físicas como hidroginástica e danças coreografadas, demonstrando um compromisso com a promoção da saúde física dos idosos. A literatura mostra que a atividade física regular é essencial para manter a capacidade funcional e prevenir doenças, conforme discutido por Silva

(2024). O convênio com a Sociedade Assistencial Santa Isabel, firmado em 2004, visa oferecer mais assistência aos idosos, especialmente aqueles sem aposentadoria, refletindo a necessidade de suporte econômico e social, conforme Faria (2024).

A criação do Fundo Municipal do Idoso, também em 2004, é uma ferramenta importante para a sustentação financeira de iniciativas voltadas ao envelhecimento saudável. Jeste, Koh & Pender (2022) destacam a importância de políticas públicas que combinem serviços de saúde com apoio social para promover um envelhecimento saudável. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, de 2006, inclui diretrizes para melhorar a circulação de pedestres e garantir a acessibilidade para idosos. Ambientes urbanos adaptáveis são fundamentais para a mobilidade e segurança dos idosos, conforme enfatizado por Silva (2024).

O Código de Posturas de 2017 estabelece a reserva de vagas em estacionamentos e assentos em locais públicos para idosos, promovendo a inclusão e o respeito aos direitos dos idosos. A Lei sobre a Política de Assistência Social, de 2023, alinha-se com o Estatuto do Idoso, oferecendo serviços de acolhimento e programas voltados para a população idosa. Programas de suporte social são essenciais para prevenir o isolamento social e garantir um envelhecimento ativo, conforme Zhang & Li (2022).

Em 2024, foi inaugurado o Centro de Convivência para Idosos, João Batista Bitencourt Borges, que oferece uma variedade de atividades que promovem a interação social, atividades cognitivas e físicas. A criação de espaços como estes é fundamental para fomentar um envelhecimento saudável e ativo, proporcionando um ambiente seguro e estimulante, conforme discutido por Gonçalves Gaia *et al.* (2024).

Os documentos de políticas públicas de Santiago - RS demonstram uma abordagem abrangente e integrada para promover o envelhecimento saudável, alinhada com as melhores práticas descritas na literatura. A inclusão de atividades físicas, apoio social e econômico, acessibilidade urbana e a promoção da interação social são elementos consistentemente destacados nos estudos acadêmicos como essenciais para o bem-estar dos idosos. Tanto as leis municipais quanto os estudos de Lewis & Lemieux (2021) e

Stephens et al. (2019) sublinham a importância da participação social e da inclusão para a saúde mental e física dos idosos.

Os resultados da pesquisa documental mostram que Santiago - RS tem desenvolvido uma série de políticas públicas voltadas para a promoção do envelhecimento saudável, abrangendo aspectos de saúde física, inclusão social, segurança econômica e adaptação urbana. Comparando essas iniciativas com a literatura existente, observa-se que o município está bem alinhado com as melhores práticas recomendadas. No entanto, há oportunidades para expandir essas políticas, integrando aspectos como inclusão digital e parcerias intergeracionais, para continuar aprimorando a qualidade de vida dos idosos.

Os estudos brasileiros acrescentam uma dimensão adicional às políticas locais de Santiago/RS. Gonçalves Gaia *et al.* (2024) destacam a importância das atividades universitárias intergeracionais, sugerindo que parcerias entre universidades e comunidades locais podem aumentar a interação social e o engajamento dos idosos. Santiago/RS poderia explorar parcerias com instituições de ensino superior para expandir suas ofertas de programas de envelhecimento ativo. O Programa Maior Cuidado discutido por De Castro *et al.* (2023) oferece um modelo de integração de cuidados de saúde com suporte social, abordando as necessidades holísticas dos idosos. Este modelo poderia ser adaptado e implementado em Santiago/RS para complementar suas iniciativas existentes, promovendo uma abordagem mais integrada e abrangente.

A inclusão digital, como discutido por Zhang & Li (2022), é um aspecto emergente que pode ser incorporado nas políticas de Santiago - RS. Oferecer treinamento em habilidades tecnológicas para os idosos pode aumentar a conectividade social e reduzir o isolamento. A criação de programas de alfabetização digital nos centros de convivência poderia expandir as oportunidades de interação e aprendizado contínuo para os idosos, alinhando-se com as tendências globais e nacionais de promoção do envelhecimento ativo.

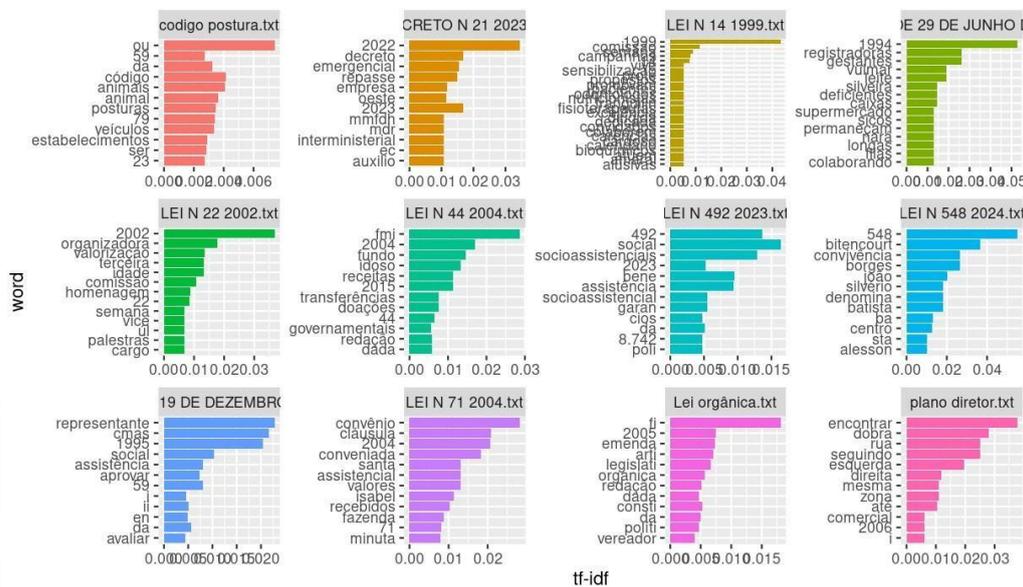
Santiago/RS implementou um conjunto robusto de políticas públicas que abordam as diversas necessidades dos idosos, desde a saúde física e mental até a inclusão social e o suporte econômico. Essas iniciativas são consistentes com as melhores práticas descritas

na literatura acadêmica, proporcionando um modelo eficaz para promover um envelhecimento saudável e ativo.

4.2 Uma análise integrada das políticas públicas

Prosseguindo com a última análise, a análise dos termos mais frequentes nos documentos analisados fornece uma visão detalhada sobre os principais focos e prioridades das políticas públicas de Santiago - RS voltadas para a população idosa. Utilizando a técnica de Term Frequency-Inverse Document Frequency (TF-IDF), é possível identificar os termos que são mais significativos em cada documento. A seguir, discutiremos os principais termos encontrados e suas implicações para as políticas públicas municipais.

Figura 1 – Termos mais frequentes nos documentos



Fonte: Autora (2024).

No Código de Posturas de Santiago - RS, os termos como "veículos", "estabelecimentos", "animais" e "postura" indicam um foco nas regulamentações urbanas e na organização do espaço público. Esses termos sugerem que há uma preocupação em

criar um ambiente urbano que seja seguro e acessível para todos os cidadãos, incluindo os idosos.

O Decreto Nº 21, de 2023 destaca termos como "emergencial", "repasses" e "auxílio", indicando ações governamentais voltadas para situações de emergência e assistência social. Isso reflete uma resposta rápida e eficaz às necessidades emergentes da população idosa, garantindo que eles recebam o suporte necessário em tempos de crise.

A Lei Nº 14, de 1999, que institui a Semana Municipal do Idoso, destaca termos como "campanha", "sensibilização" e "idosos". Esses termos sublinham a importância de campanhas de conscientização e atividades que valorizam os idosos, promovendo a inclusão social e a participação ativa na comunidade.

A Lei Nº 21, de 1994, que disciplina o atendimento especial em supermercados, apresenta termos como "registradoras", "gestantes", "deficiência" e "idosos". Isso indica uma regulamentação específica para garantir que os idosos e outros grupos vulneráveis recebam atendimento prioritário e adequado nos estabelecimentos comerciais.

A Lei Nº 22, de 2002, que cria o Dia Municipal de Valorização da Terceira Idade, inclui termos como "valorização", "terceira idade" e "homenagem". Esses termos reforçam a importância de reconhecer e celebrar as contribuições dos idosos, promovendo um senso de pertencimento e respeito na comunidade.

A Lei Nº 44, de 2004, que cria o Fundo Municipal do Idoso, destaca termos como "fmi", "receitas" e "transferências". Isso sugere uma estrutura financeira sólida para apoiar programas e iniciativas voltados para os idosos, garantindo a sustentabilidade das políticas públicas de longo prazo.

A Lei Nº 492, de 2023, que trata da assistência social, apresenta termos como "socioassistenciais", "assistência" e "garantias". Isso indica um foco em proporcionar uma rede de suporte social robusta para os idosos, abordando suas necessidades de forma holística e integrada.

A Lei Nº 548, de 2024, que denomina o Centro de Convivência para Idosos João Batista Bitencourt Borges, inclui termos como "convivência", "bitencourt" e "centro".

Esses termos destacam a importância de espaços dedicados onde os idosos podem se reunir, socializar e participar de atividades que promovem a saúde e o bem-estar.

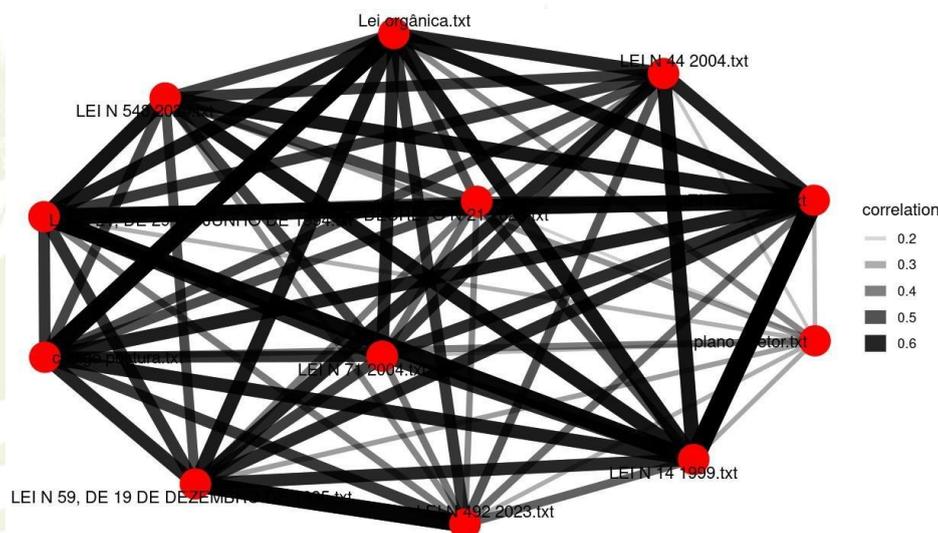
A Lei Orgânica de Santiago - RS apresenta termos como "emenda", "artigo" e "política", indicando um foco em questões legislativas e estruturais que impactam as políticas públicas de maneira ampla, incluindo aquelas voltadas para os idosos.

O Plano Diretor de Santiago - RS destaca termos como "encontrar", "dobrar", "zona" e "comercial". Esses termos sugerem um planejamento urbano estratégico para garantir que as áreas da cidade sejam acessíveis e funcionais para todos os residentes, com uma ênfase na inclusão e mobilidade dos idosos.

Esses termos frequentes refletem a abrangência das políticas públicas municipais de Santiago - RS, mostrando um comprometimento com a criação de um ambiente inclusivo, seguro e sustentável para os idosos. A análise indica que as políticas não apenas visam atender às necessidades básicas, mas também promover uma participação ativa e valorização contínua dos idosos na comunidade.

Por fim, a figura a seguir apresenta a análise de correlação dentre os documentos, apresentando o grau de associação e similitude dentre as políticas municipais de Santiago/RS estudadas neste artigo.

Figura 2 – Correlação dos documentos.



Fonte: Autores (2024).

A análise da rede de correlações entre os documentos relacionados às políticas públicas de Santiago/RS revela uma estrutura interconectada e coesa, que reflete a complexidade e a abrangência das iniciativas voltadas para a população idosa. Cada nó na rede representa um documento, e as linhas que os conectam variam em espessura de acordo com a força da correlação, indo de 0.2 a 0.6. Essa representação visual permite uma compreensão detalhada de como esses documentos se relacionam entre si e como se complementam para formar uma política pública integrada.

Os documentos com correlações mais fortes são conectados por linhas mais espessas, indicando uma relação direta e significativa entre eles. Por exemplo, a Lei Orgânica do município, que define a estrutura fundamental das políticas públicas, mostra uma forte correlação com a Lei Nº 44, de 2004, que cria o Fundo Municipal do Idoso. Essa relação sugere que as diretrizes estruturais estabelecidas na Lei Orgânica influenciam diretamente as políticas de financiamento e suporte econômico destinadas aos idosos, garantindo a sustentabilidade e a eficácia das ações implementadas.

De forma similar, o Plano Diretor de Santiago - RS, que orienta o desenvolvimento urbano, apresenta uma forte correlação com o Código de Posturas. Essa conexão indica que as regulamentações urbanas estão bem alinhadas com os planos de desenvolvimento estratégico do município, assegurando que as áreas urbanas sejam planejadas para serem acessíveis e seguras para todos os cidadãos, incluindo os idosos. Isso é essencial para promover a mobilidade e a inclusão dos idosos, permitindo-lhes participar ativamente da vida comunitária.

Correlações moderadas, representadas por linhas de espessura média, indicam uma relação significativa, mas não tão forte quanto as correlações destacadas anteriormente. Um exemplo é a correlação entre a Lei Nº 71, de 2004, que estabelece convênios para a assistência social, e a Lei Nº 44, de 2004, que cria o Fundo Municipal do Idoso. Essa relação moderada sugere que as iniciativas de assistência social e os fundos destinados ao suporte dos idosos estão interconectados, trabalhando juntos para proporcionar uma rede de suporte robusta e eficaz.

Outro exemplo de correlação moderada é entre o Decreto N° 21, de 2023, que trata de ações emergenciais, e a Lei Orgânica. Essa correlação indica que as ações emergenciais são guiadas pelas diretrizes estruturais e políticas estabelecidas na Lei Orgânica, assegurando que as respostas a crises e emergências sejam consistentes com os princípios e objetivos gerais das políticas públicas do município.

As correlações mais fracas, representadas por linhas mais finas, sugerem uma relação menos direta entre os documentos, mas ainda relevante. Por exemplo, a correlação entre a Lei N° 14, de 1999, que institui a Semana Municipal do Idoso, e a Lei N° 59, de 1995, que trata de assistência social, é mais fraca, indicando que essas leis abordam aspectos diferentes das questões relacionadas aos idosos. No entanto, ambas são importantes para a inclusão social e os direitos dos idosos, contribuindo para a construção de uma política pública abrangente e inclusiva.

As correlações observadas entre os documentos indicam que as políticas públicas de Santiago - RS para a população idosa são altamente interconectadas. As fortes correlações entre certos documentos sugerem uma abordagem integrada, onde as diretrizes estruturais, como a Lei Orgânica, e os planos estratégicos, como o Plano Diretor, influenciam diretamente as políticas específicas e os programas de suporte aos idosos. Essa integração é fundamental para garantir que as políticas públicas sejam coerentes e eficazes, abordando as diversas necessidades dos idosos de maneira holística.

A rede de correlações entre os documentos das políticas públicas de Santiago - RS destaca a importância de uma abordagem integrada e coordenada para promover o envelhecimento saudável. A análise revela que as políticas não apenas visam atender às necessidades básicas dos idosos, mas também promovem sua inclusão social, mobilidade e participação ativa na comunidade.

Isso demonstra um comprometimento significativo do município em criar um ambiente urbano inclusivo, seguro e sustentável para a população idosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas municipais de Santiago/RS voltadas para a população idosa revelou um compromisso significativo com a promoção de um envelhecimento saudável e ativo. Este estudo mapeou diversas iniciativas implementadas ao longo dos anos, evidenciando uma abordagem abrangente que busca atender às necessidades físicas, sociais, econômicas e psicológicas dos idosos.

A pesquisa documental identificou várias leis e programas que constituem a base das políticas públicas locais. Iniciativas como a Semana Municipal do Idoso, o Projeto Forma e Saúde, e a criação do Fundo Municipal do Idoso são exemplos de ações que promovem a inclusão social, a saúde e o bem-estar dos idosos. Essas políticas demonstram um alinhamento com as melhores práticas descritas na literatura sobre envelhecimento ativo, conforme destacado por autores como Wu (2022), Lewis & Lemieux (2021) e Silva (2024).

Os resultados indicam que as políticas de Santiago/RS são bem estruturadas e integradas, com uma forte correlação entre documentos-chave, como a Lei Orgânica, o Plano Diretor e o Código de Posturas. Essa interconexão é essencial para garantir a coerência e a eficácia das políticas públicas, abordando de maneira holística as necessidades dos idosos.

No entanto, a análise também revelou áreas que podem ser aprimoradas. A inclusão digital, por exemplo, é uma estratégia emergente que poderia ser mais explorada para aumentar a conectividade social dos idosos e reduzir o isolamento. Zhang & Li (2022) destacam a importância da alfabetização digital para promover um envelhecimento ativo e socialmente integrado. Além disso, parcerias intergeracionais, como sugerido por Gonçalves Gaia *et al.* (2024), podem ampliar as oportunidades de interação e aprendizado contínuo para os idosos, enriquecendo suas experiências de vida.

Outra área de melhoria é a implementação de programas que abordem de maneira mais direta os determinantes sociais da saúde mental, conforme discutido por Jeste, Koh & Pender (2022). Políticas que promovam a criação de redes de apoio social e espaços de convivência podem ajudar a mitigar os riscos de solidão e depressão entre os idosos.

Em conclusão, Santiago/RS demonstra um forte comprometimento com o bem-estar da população idosa através de uma série de políticas públicas bem estruturadas e integradas. As recomendações propostas visam fortalecer ainda mais essas políticas, promovendo um envelhecimento saudável, inclusivo e ativo. É fundamental que o município continue a avaliar e aprimorar suas iniciativas, garantindo que todos os idosos possam desfrutar de uma qualidade de vida elevada e participar plenamente da comunidade.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beard, J. R., et al. (2016). The World report on ageing and health: A policy framework for healthy ageing. *The Lancet*, 387(10033), 2145-2154. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)00516-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)00516-4)
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Carvalho, J. C., Moraes, M. F. S., Coutinho, M. M., & Vasconcellos Sobrinho, M. (2024). Satisfação e segurança no transporte público urbano: Uma avaliação a partir da percepção dos usuários. *Anais do XIV Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade (CODS)*, 14, 1-18.
- Creswell, J. W. (2013). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Da Silva, J. O. N., & Camacho, A. C. L. F. (2024). Tecnologias educacionais na promoção do envelhecimento ativo: Revisão integrativa. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(6), e4187-e4187.
- De Castro, C. P. F., De Souza Aredes, J., & Giacomini, K. C. (2023). Greater care program in the face of the challenges of population aging. *Revista de Saúde Pública*. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004859>
- De Lima Carvalho, J., & Brasileiro, T. S. A. (2022). Transparency as a tool in building efficient public institutions: A bibliometric study. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science*, 9(4).
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The SAGE handbook of qualitative research* (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Derhun, F. M., Scolari, G. A. D. S., Rissardo, L. K., & Dos Santos, G. H. N. (2022). Contributions of university activities to active aging. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-20210237>
- Dyer, C. B., Hyer, K., & Feldt, K. S. (2003). Frail older adults. *Geriatric Nursing*, 24(1), 16-20. <https://doi.org/10.1067/mgn.2003.20>
- Faria, M. C. (2024). Promoção do envelhecimento saudável e ativo na cidade. *Análisis y Modificación de Conducta*, 50(182), 129-144.
- Gonçalves Gaia, W. N., Vieira da Silva, W., Santos, R. C., Salles, R. D., Matsumoto, L. S., Pinheiro, J. M., & Rossetto, M. (2024). Enhancing quality of life for older adults through university activities. *Educational Gerontology*. <https://doi.org/10.1080/03601277.2024.2368319>
- Kalache, A., & Gatti, A. (2003). Active ageing: A policy framework. *Advances in Gerontology*, 11, 7-18.
- Kane, R. L., & Kane, R. A. (2005). Ageing and care of the elderly: Challenges and dilemmas in the context of reform. *World Health Organization*, 1-30.
- Jeste, D. V., Koh, S., & Pender, V. B. (2022). Perspective: Social determinants of mental health in the elderly. *American Journal of Geriatric Psychiatry*, 30(6), 733-739. <https://doi.org/10.1016/j.jagp.2022.01.006>
- Lewis, E., & Lemieux, V. (2021). Social participation of seniors: Applying the capabilities approach to occupational science. *Journal of Occupational Science*, 28(3), 332-345. <https://doi.org/10.1080/14427591.2020.1843069>
- Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods* (3^a ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Prefeitura de Santiago. (1990). *Lei Orgânica do Município de Santiago*.
- Santiago: Prefeitura de Santiago. Disponível em <https://www.santiago.rs.gov.br/transparencia/lei-organica>
- Site da Prefeitura Municipal de Santiago. (2024, July 24). <https://www.santiago.rs.gov.br>
- Stephens, C., Szabó, Á., Allen, J., & Alpass, F. (2019). Livable environments and the quality of life of the elderly: An ecological model approach. *Gerontologist*, 59(4), 675-684. <https://doi.org/10.1093/GERONT/GNY043>
- Walker, A. (2002). A strategy for active ageing. *International Social Security Review*, 55(1), 121-139. <https://doi.org/10.1111/1468-246X.00118>

Wu, S. (2022). Household fuel switching and the elderly's health. *Energy*, 240. <https://doi.org/10.1016/j.energy.2021.122785>

Zhang, Q., & Li, Z. (2022). The impact of internet use on the social networks and social activities of the elderly. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(15), 9576. <https://doi.org/10.3390/ijerph19159576>